



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ALIADA À EDUCAÇÃO DE
QUALIDADE**

ELIANA MARIA FERREIRA

BELO HORIZONTE, 2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ALIADA À EDUCAÇÃO DE
QUALIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Gestores, vinculada a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientação: Rita Cristina Lima Lages

BELO HORIZONTE, 2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ALIADA À EDUCAÇÃO DE
QUALIDADE**

ELIANA MARIA FERREIRA

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado por Banca Examinadora em de janeiro de 2011 conferindo à autora, o título de Especialista em Gestão Escolar.

Banca examinadora: Professora Rita Cristina Lima Lages

(Orientadora) _____

Belo Horizonte, de janeiro de 2011

Dedico este trabalho a todos os funcionários da educação, principalmente aos professores que não medem esforços para levar uma educação de qualidade a cada cidadão. Espero que através dos conhecimentos adquiridos eu possa colaborar para que a avaliação contribua para o processo efetivo de aprendizagem.

A Deus, pelo dom da vida, da inteligência e por ter me dado mais essa oportunidade de crescimento educacional.

Ao meu filho, Guilherme, pela compreensão em passar horas sozinhas para que eu pudesse estudar e realizar meus trabalhos.

Ao Secretário Municipal de Educação e Esportes, Geraldo Reginaldo de Oliveira e a Secretária Adjunta de Educação e Esportes de Formiga, Cidinha de Sá, que me convidaram a participar deste curso.

As minhas colegas de Formiga: Idilaine, Lucimar, Morgana, Amanda, Alessandra e Rosane pelo companheirismo e amizade.

Cabe avaliar para redirecionar o processo e para intervir nas condições de qualidade oferecidas a professores e alunos na construção do trabalho pedagógico.

RESUMO

Esta análise crítica apresenta a avaliação da aprendizagem não como um fim em si mesma, como parte de um processo de ensino em que a avaliação é parte essencial, servindo como diagnóstico para o levantamento dos aspectos positivos, possibilitando o avanço na aprendizagem e dos possíveis problemas no ensino possibilitando traçar metas e ações que ajudem a alcançar uma educação de qualidade para todos. Apresento sugestões de como o gestor escolar deve atuar em relação à avaliação para que ela esteja a favor de uma educação de qualidade.

Palavras chave: avaliação, qualidade, educação.

SUMÁRIO

Introdução	08
1 - Concepção de Avaliação.....	09
2 - Escola de Qualidade	09
3 - Avaliações Externas por uma Educação de Qualidade	10
4 - Avaliação Formativa	12
5 - Avaliação da Instituição	13
6 - Fatores que Facilitam uma Educação de Qualidade	14
7 - Fatores que Interferem na Aprendizagem	15
8 - A Importância da Recuperação da Aprendizagem.....	16
9 - Avaliação Adaptada	16
10 - Considerações Finais	17
11- Referências Bibliográficas.....	18

Introdução

A partir da inquietude causada pela observação de vários educadores ministrando suas aulas com foco apenas nas avaliações externas, visando bons resultados, e assim treinando os alunos diariamente para a realização dessas provas, apresento uma análise com o objetivo de demonstrar como a avaliação deve ser desenvolvida para que a escola tenha uma educação de qualidade.

Apresento a concepção de educação que deve ser a de diagnosticar avanços e problemas para direcionarmos nossas ações futuras. Descrevo as características de uma escola de qualidade, a qual é responsável por formar um cidadão crítico e consciente capaz de transformar a sociedade em que vive. Relato a importância das avaliações externas por uma educação de qualidade, pois a partir delas devemos analisar os resultados e traçar ações visando melhorias no ensino. Sugiro que a avaliação aconteça dentro do princípio avaliação formativa, onde o processo de avaliação não se encerra com as provas, mas que parte delas para a realização de um trabalho eficaz em prol de um ensino de qualidade. Ressalto a necessidade da avaliação institucional, para o sucesso da aprendizagem em busca de uma educação de qualidade. Descrevo alguns fatores que facilitam uma educação de qualidade e outros que interferem na aprendizagem. Relato importância da recuperação da aprendizagem, a qual deve acontecer ao longo do ano. Sugiro adaptarmos as avaliações para os alunos com necessidades educativas especiais e demonstro o papel do gestor em relação ao processo de avaliação para que tenhamos uma educação de qualidade.

Desta forma, a avaliação não deve ser encarada como um obstáculo no processo de ensino-aprendizagem, mas como um elemento facilitador do processo que nos possibilita verificar claramente os possíveis problemas e os avanços e assim desenvolvermos uma educação de qualidade.

1 - Concepção de Avaliação

Segundo Cláudia de Oliveira Freitas, 2008, p. 19:

Avaliar é um processo em que realizar provas e teste, atribuir notas ou conceitos é apenas parte do todo.

A avaliação é uma atividade orientada para o futuro. Avalia-se para tentar manter ou melhorar nossa atuação futura.

Sendo assim, a avaliação não deve acontecer somente no final do período, mas ao longo do processo, com o objetivo de redimensioná-lo em busca de consolidarmos a aprendizagem para que a educação alcance o princípio de que todas as pessoas são capazes de aprender. Segundo Souza et al, 2005, p. 17:

A avaliação objetiva identificar em que medida os resultados alcançados até então estão próximos ou distantes dos objetivos propostos e, se possível, descobrir as razões desta proximidade ou distanciamento, para permitir que o novo planejamento a ser realizado possa resolver os problemas com mais precisão.

É preciso ter a clareza dos objetivos a serem alcançados, os quais devem estar claros nos planejamentos escolares. De acordo com os objetivos estabelecidos devemos desenvolver o trabalho pedagógico, elaborar uma avaliação coerente com o trabalho realizado, fazer as devidas correções e análises e a partir dos resultados levantados planejarmos nossas ações com o intuito que todos aprendam.

2 - Escola de qualidade

Para que possamos ter uma escola de qualidade é preciso promover um ensino que assegure a aprendizagem de todos os alunos em seus aspectos globais. Segundo Ignez Pinto Navarro, 2004, p. 32

(...) escola de qualidade é aquela que contribui para a formação dos estudantes nos aspectos culturais, antropológicos, econômicos e políticos, para o desempenho de seu papel de cidadão no mundo, tornando-se assim, uma qualidade referenciada no social, nesse sentido, o ensino de qualidade este intimamente ligado à transformação da realidade.

Essa mesma autora, 2004, p.32 apresenta alguns atributos de uma escola de qualidade:

1. Ser pluralista, porque admite correntes de pensamento divergentes com respeito a diversidade, ao diferente;
2. Ser humanista, por identificar o homem como foco do processo educativo;
3. Ter consciência de seu papel político como instrumento para a emancipação. Combate as desigualdades sociais e desalienação dos trabalhadores.

Portanto, devemos utilizar várias metodologias de ensino para conseguirmos que todos os alunos aprendam, considerando os aspectos emocionais, culturais, econômicos, sociais... Enfim, conhecendo bem o aluno para desenvolvermos políticas educacionais eficazes em busca de um ensino de qualidade.

3 - Avaliações externas por uma educação de qualidade

Hoje o nosso Sistema Educacional Brasileiro tem desenvolvido políticas públicas com o intuito de melhorar o nível da Educação Brasileira, nossas escolas passam por vários processos nacionais de avaliação. Realizam a cada dois anos a avaliação do SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Nacional). Temos o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), o ECN (Exame Nacional de Cursos), que é o “provão” do ensino superior, ENCEJA (Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos) e as avaliações estaduais, no caso de Minas Gerais, o PROALFA (Programa de Avaliação da Alfabetização) e PROEB (Programa de Avaliação da Educação Básica), promovido pela Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais. Estes programas de avaliação priorizam as disciplinas de língua portuguesa e matemática e os conteúdos que podem ser aferidos através de uma avaliação de múltipla escolha.

Desta forma os professores têm priorizado em seus planejamentos atividades relacionadas às habilidades cobradas, dando menor ênfase a conteúdos importantes, mas, que não são cobrados.

Na qualidade de gestores educacionais temos que acompanhar todo o trabalho pedagógico desenvolvido para que os professores não passem todo o tempo “treinando” seus alunos para realizar provas e sim que desenvolvam um trabalho eficaz que aborde todas as competências e habilidades necessárias para que possamos formar um cidadão crítico, consciente, capaz de atuar e transformar a sociedade em que vivemos, e não apenas as habilidades e competências que são cobradas nas avaliações externas.

Em meados dos anos 90 o Sistema Nacional de Educação criou o SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica. Com o objetivo de desenvolver políticas públicas capazes de solucionar os problemas detectados através destas avaliações.

Desde 1995 o SAEB vem sendo aplicado aos alunos do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e aos do 3º ano do Ensino Médio, a cada dois anos, em todo o território brasileiro. Sendo avaliadas as disciplinas de Português e Matemática, os alunos, professores e diretores também preenchem um questionário, os quais objetivam identificar as possíveis causas do desempenho escolar.

O resultado é divulgado através do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, através de um ranking entre as escolas. De acordo com questionário aplicado na Escola Municipal José Honorato de Castro, com professores, supervisoras pedagógicas e alunos, esse tipo de avaliação tem como aspecto positivo incentivar os professores a desenvolver um ensino-aprendizagem de melhor qualidade.

Mas, por outro lado expõe as escolas brasileiras, sem considerar suas individualidades e diversidades. Todos os alunos são avaliados de maneira uniforme desconsiderando o currículo, e as necessidades especiais dos alunos.

Um instrumento de medida (...) pode ser valido para um curso, mas não para outro, pode ser válido para um professor, mas não para outro, inclusive, pode ser valido para uma escola, ma não ser para outra instituição (VIANNA, 2003, p.34).

Devemos considerar que a diversidade é muito grande e avaliar os alunos como se eles fossem homogêneos e principalmente expor esses resultados num ranking nacional é uma maneira injusta de se avaliar.

Segundo VIANNA, (2003, pág. 56-57),

Será razoável colocar centenas de milhares de sujeitos em uma única escola (...), ignorando completamente a diversidade social, econômica,

cultural e educacional dessa população e as distorções que influenciam a caracterização dos vários índices de desenvolvimento humano? Não seria razoável (...) construir normas diferenciadas por regiões, levando em conta a diversidade das características individuais?

O ideal é que considerassem as necessidades especiais dos alunos e a diversidade em relação ao desempenho acadêmico, assim teríamos um resultado mais justo e real. É preciso disseminar essa idéia para que as políticas públicas em relação à avaliação de desempenho nacional mudem a maneira de analisar o desempenho da Educação Brasileira analisando os aspectos sociais, econômicos, culturais e principalmente as necessidades educativas especiais e assim oferecer melhores condições de trabalho para que possamos de fato levar uma educação de qualidade a cada cidadão brasileiro.

Ressalto que o mais importante da avaliação é comparar com os objetivos propostos e analisar os pontos positivos e negativos, identificando as possíveis falhas no processo pedagógico e junto, gestor e equipe pedagógica, devem traçar metas que reorientem o trabalho pedagógico na busca de melhores resultados e conseqüentemente de melhor qualidade no ensino.

4 - Avaliação Formativa

Desta forma a avaliação deve assumir uma característica formativa. Segundo Allal (1986, pág. 176), “*os processo de avaliação formativa são concebidos para permitir ajustamentos sucessivos durante o desenvolvimento e a experimentação do curriculum*”, captando os avanços e as dificuldades que forem se manifestando ao longo do processo, ainda em tempo de tomar providencias para afastar as dificuldades percebidas.

Nesse sentido, AFONSO (2002, p. 130) sintetiza o papel da avaliação:

A avaliação formativa (que está longe de ter esgotado todas as suas potencialidades) pode cumprir um papel de rearticulação do Estado com a comunidade, na medida em que ajudar a promover a aprendizagem dos saberes e objetivos curriculares comuns, que decorrem de uma escola básica como projeto de um Estado democrático, sem excluir as subjetividades e as necessidades que se

expressam na e pela comunidade. (...) A gestão da regulação e da emancipação é um processo extremamente complexo e difícil. Não depende apenas dos professores, embora sejam estes que estão em melhores condições de mediar às exigências do Estado e as expectativas e necessidades da comunidade, sobretudo quando a autonomia profissional é posta ao serviço de projetos que aproveitam da autonomia relativa do próprio sistema educativo e das ambigüidades das políticas educativas.

Portanto, a avaliação não é o fim do processo, mas parte dele, ao analisarmos os resultados devemos primeiramente fazer uma tabulação para verificar quais os conteúdos que foram consolidados, parcialmente consolidados ou não foram consolidados. Analisar os aspectos positivos e negativos. Num segundo momento revisar as avaliações com os alunos para que eles percebam seus erros e desta forma promover um momento de aprendizagem. E por fim traçar novas metas e ações com o objetivo que o aluno realmente aprenda e consolide as habilidades e competências necessárias.

O gestor escolar deve divulgar os resultados das avaliações internas e externas para toda a comunidade escolar dando assim transparência ao processo de gestão dos resultados.

5 - Avaliação da Instituição

É importante que cada rede de ensino e principalmente que cada instituição escolar crie o seu sistema de avaliação, a qual de acordo com VIANNA, (2003, p. 80) deve ser constituída de:

I) elevar os padrões de ensino muitas vezes bastantes comprometidos em algumas instituições: uma vez que a avaliação não pode estar, em nenhuma hipótese, desvinculada da qualidade do ensino;

II) ajustar os processos de ensino à aprendizagem como o uso de metodologias adequadas e que devem ser de domínio dos professores, o que nem sempre ocorre: e isto se dá na medida em que a avaliação padronizada estabelece um roteiro, sustentado no currículo, o qual deve estar à altura do desenvolvimento científico das diferentes áreas da educação, particularmente da didática e da metodologia do ensino;

III) contribuir para a formação de cidadãos que possam desafiar a complexidade de uma sociedade tecnológica: já que a avaliação não se desincompatibiliza dos grandes objetivos educacionais; e

IV)proporcionar aos responsáveis pela tomada de decisões educacionais o feedback necessário para que prevaleça o bom senso que, na prática, conduz ao acerto das ações: aspecto este que é a própria razão prática da avaliação, qual seja, de permitir uma leitura mais qualificada do desenvolvimento pedagógico (diagnóstico), com o escopo de superar os problemas da educação escolar)no processo de planejamento democrático.

Na Escola Municipal José Honorato de Castro as avaliações acontecem de forma sistemática e contínua dentro do enfoque da avaliação formativa, os alunos da educação infantil passam por avaliações mensais e os alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental são avaliados semanalmente intercalando os conteúdos de português e matemática. Os outros conteúdos são avaliados na medida em que o assunto é trabalhado, as avaliações contêm questões diversificadas que possibilitam alcançar melhor os objetivos propostos. Aplicamos simulados das avaliações externas e semestralmente é realizada uma avaliação institucional elaborada pelas supervisoras pedagógicas. Assim, temos conseguido alcançar resultados cada vez melhores, inclusive superando o índice estipulado pelo IDEB.

6 - Fatores que Facilitam uma Educação de Qualidade

- Equipe de funcionários qualificados e experientes
- Gestora e coordenadoras pedagógicas unidas e acompanhando todo o processo
- Escola com boa infra-estrutura e bem equipada
- Responsabilidade dos profissionais
- Formação continuada da equipe pedagógica, promovida pela escola e pela Secretaria de Educação e Esportes de Formiga
- Avaliação continua e formativa que privilegia o processo
- Investimento em material pedagógico variado e de qualidade
- Desenvolvimento de projetos educacionais
- Planejamento anual claro

- Biblioteca bem equipada
- Comunidade participativa
- Projetos de incentivo a leitura

Devemos saber usar esses fatores positivos a favor da aprendizagem para que possamos ter uma educação de qualidade.

7 - Fatores que Interferem na Aprendizagem

- Sala com muitos alunos
- Alunos com necessidades especiais sem professor especializado
- Indisciplina e falta de manejo de classe em algumas turmas
- Desinteresse pelos estudos, pela escola
- Aulas pouco atrativas, monótonas, que não acompanham a evolução tecnológica
- Alunos com dificuldades de aprendizagem, sem diagnóstico médico, que nos oriente a um trabalho mais eficaz
- Falta de espaços alternativos na escola, como: sala de reforço, laboratórios, brinquedoteca, quadra coberta
- Pouco incentivo e apoio de alguns pais (justamente daqueles alunos que mais requerem atenção individualizada)
- Infrequência

Como gestores escolares devemos desenvolver ações que eliminem esses fatores negativos ou que os amenizem para que eles não se tornem um obstáculo para a realização do trabalho do professor e nem um empecilho na aprendizagem dos alunos.

Devemos desenvolver estratégias eficientes que mobilizem os funcionários e os pais para serem parceiros na educação de nossas crianças.

8 - Importância da Recuperação da Aprendizagem

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 a recuperação da aprendizagem deve ser realizada ao longo do ano. Assim que são detectados os problemas na aprendizagem. Na Escola Municipal José Honorato de Castro os alunos fazem aula de reforço com professor recuperador, alguns têm atendimento individual com a professora eventual, há grupos que passam por reagrupamentos temporários, outras realizam atividades extras para casa e há adaptações do currículo e das atividades ao nível dos alunos.

Temos no município o CEMAP - Centro Municipal de Apoio à Aprendizagem que é uma instituição especializada em atendimento aos alunos portadores de necessidades educacionais. Essa recebe alunos oriundos de todas as escolas municipais e prestam atendimento nas áreas: psicológica, fonoaudiológica, psicopedagógica e pedagógica. Os alunos são atendidos no contra turno. Há uma estreita relação entre o CEMAP e as escolas. Desta forma temos conseguido resultados positivos em relação ao atendimento desses alunos.

Todas essas estratégias são utilizadas para que possibilitemos a progressão continuada prevista nos ciclos de aprendizagem e alcancemos um ensino de qualidade onde todos tenham condições de aprender.

9 - Avaliação Adaptada

Atualmente as escolas e as avaliações externas avaliam todos os alunos de maneira uniforme, sem considerar as necessidades especiais de cada um. Nas salas de aula há alunos com déficit de aprendizagem que realizam algumas atividades com enfoque diferente dos outros alunos e os portadores de NEEs (Necessidades Educacionais Especiais) que recebem as atividades adaptadas, mas no momento da avaliação, essa ainda acontece de maneira uniforme.

Cabe ao gestor escolar mobilizar os educadores para que as avaliações aconteçam de forma coerente com o dia a dia escolar, possibilitando uma avaliação justa e coerente com o trabalho realizado e com as necessidades dos alunos.

10 - Considerações Finais

A avaliação é parte importante do processo ensino-aprendizagem, ela deve ser contínua, sistemática e ter um enfoque formativo. Desta forma o momento de avaliação também se torna um momento de aprendizagem.

O gestor deve incentivar e supervisionar a avaliação formativa, na qual o processo de avaliar não se encerra com as provas e a nota, mas que haja uma análise dos resultados e tomada de decisões, junto aos professores e supervisores pedagógicos, em relação a resolver problemas e estabelecer metas e ações eficazes para o alcance de uma educação de qualidade para todos.

O papel do gestor é supervisionar o processo ensino-aprendizagem de modo a não permitir que os alunos passem a maior parte do tempo treinando para realizar avaliações externas, tirar boas notas e assim ter o resultado da escola nos primeiros lugares do ranking, mas que a avaliação aconteça de forma natural no dia a dia da escola, desta forma, conseguir excelentes resultados, frutos de um trabalho de qualidade. Auxiliar os professores no desenvolvimento do planejamento e dos projetos educacionais. Incentivar todos os envolvidos no processo: alunos, pais e funcionários para que a educação realmente aconteça de forma eficiente. Investir em melhorias em toda a escola: rede física, recursos materiais e pedagógicos em número suficiente e de boa qualidade. Viabilizar meios para que a educação aconteça de forma contextualizada, diversificada e prazerosa. Acompanhar a frequência dos alunos, estabelecendo contato com os pais ou responsáveis e caso necessite solicitar ajuda em órgãos competentes como o Conselho Tutelar e o Promotor da Infância e Juventude. Essas são algumas medidas que os gestores podem tomar para acompanhar todo o processo de ensino-aprendizagem na escola visando uma educação de qualidade para todos.

11 -Referências Bibliográficas

ALLAL, L; CARDINET, J & PERRENOUD, P. A **Avaliação formativa num ensino diferenciado**. IN. Coimbra, ed. Almedina, 1986.

AFONSO, A. **Janela avaliação educacional: regulação e emancipação**. São Paulo: Cortez, 2002.

FERNANDES, Cláudia de Oliveira e FREITAS, Luiz Carlos de. **Indagações sobre o Currículo: currículo e avaliação**. Brasília, 2008, p.44

NAVARRO, Ignez Pinto, (et al). **Conselho Escolar e a aprendizagem na escola**. Brasília: MEC/SEB, 2004, p. 31-35

SOUZA, Ângelo Ricardo de (et al). **Gestão e avaliação da educação escolar**. Curitiba. Ed. Da UFPR, 2005.

VIANNA, H. M. **Avaliação em debate: SAEB, ENEM, Provão**. Brasília: Plano. 2003.



ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ HONORATO DE CASTRO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: INOVAÇÃO E QUALIDADE

ELIANA MARIA FERREIRA

IDILAINE APARECIDA ALMEIDA E PAIVA

LUCIMAR ROSA DE SOUZA

MORGANA LUIZA DE SOUSA FRADE

BELO HORIZONTE, 2010

ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ HONORATO DE CASTRO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: INOVAÇÃO E QUALIDADE

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG sob orientação da Professora Elaine Kendall Santana Silva na Disciplina Projeto Vivencial.

BELO HORIZONTE, 2010

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	03
2 - FINALIDADES DA ESCOLA.....	04
3 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	05
4 - CURRÍCULO.....	07
5 - TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	09
6 - PROCESSOS DE DECISÃO.....	10
7 - RELAÇÕES DE TRABALHO.....	12
8 - AVALIAÇÃO.....	13
9 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	17
10 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	18

1- INTRODUÇÃO

O presente documento tem como objetivo explicitar o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal José Honorato de Castro. Mostra a síntese do pensamento administrativo-pedagógico institucional e retrata a trajetória que vem sendo percorrida pela comunidade escolar na consolidação do desejo de uma educação de qualidade para todos.

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sócio-político com os interesses reais e coletivos da população majoritária. (SAVIANI *apud* VEIGA, 1995, p.93).

O Projeto Político-Pedagógico define o caminho de uma escola, pois, conforme Celso Vasconcellos, “o projeto não pode ser uma camisa de força para a escola e para o professor. Deve dar a base de tranquilidade, as condições para administrar o cotidiano e, assim, inclusive, liberar espaço para a criatividade” (2002, p.47).

Em 02 de outubro de 2002, foi criada a Escola Municipal José Honorato de Castro, localizada a Rua Inhazinha Pires, 07, Vila José Branco, email: emjosehonoratoc@hotmail, telefone (37) 3321-8552 na cidade de Formiga-MG para atender o Ensino Fundamental. A Escola surgiu da necessidade de se construir um estabelecimento que atendesse os alunos dos bairros adjacentes. Com o aumento da demanda, iniciou-se em 2007, a ampliação para que a mesma pudesse atender a Educação Infantil a partir de 2008.

A Escola está situada em uma região, onde há altos índices de violência gerados por: uso de drogas, prostituição, assaltos, alcoolismo, desemprego e falta de estrutura familiar. Quanto ao contexto sócio econômico-cultural, alguns pais demonstram bom nível social e cultural, interessando-se pelo processo educacional de seus filhos. Existe ainda uma pequena parcela de analfabetismo e de extrema carência entre eles.

Atualmente, a Escola atende trezentas e sessenta crianças que compreende cento e sete crianças de Educação Infantil e duzentas e trinta e três no Ensino Fundamental. Constatam no seu quadro, trinta e um funcionários, sendo duas auxiliares para apoio aos alunos portadores de necessidades especiais, dezenove professores, duas coordenadoras pedagógicas, uma bibliotecária, uma secretária, uma gestora e cinco serviçais.

O prédio da Escola encontra-se em bom estado de conservação, é de propriedade da Prefeitura Municipal de Formiga. Tem uma estrutura com boa iluminação e ventilação. Algumas melhorias precisam ser realizadas para melhorar a qualidade da educação, como: cobrir e iluminar a quadra, construir salas para: reforço, vídeo, coordenação pedagógica e brinquedoteca. A Escola segue o Sistema Estadual de Ensino, vinculado à 27ª Superintendência Regional de Ensino de Passos.

Partindo de uma avaliação realizada com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, verificamos a importância de reelaborarmos o Projeto Político Pedagógico (PPP), fazendo a unificação da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Procuramos elaborar um projeto pedagógico a partir da realidade escolar e das necessidades dos alunos atendidos.

Realizamos reuniões com os funcionários e representantes da comunidade escolar para que o PPP fosse reelaborado de maneira democrática e participativa, pois sabemos o quanto é relevante que todos estejam envolvidos no processo de construção do PPP. Somente com a participação de todos é que se torna possível que ocorra um verdadeiro desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem.

2 - FINALIDADES DA ESCOLA

A Escola Municipal José Honorato de Castro tem por objetivo assegurar um ensino de qualidade, desenvolvendo as capacidades físicas, cognitivas, afetivas, estéticas, éticas, interpessoais dos alunos num ambiente de responsabilidade social e individual, de participação, de inovação, de desenvolvimento do senso crítico e de respeito ao próximo, sempre em uma perspectiva inclusiva, desenvolvendo habilidades e atitudes indispensáveis para a formação de cidadãos críticos, conscientes e participativos é a finalidade máxima da

Escola. Dessa forma, contribui-se para a formação de uma sociedade mais justa, consciente, reflexiva, crítica e solidária.

Nesse sentido, CANÁRIO (2006, p.11) indica que:

[...]O objetivo seria que cada escola pudesse transformar-se em um centro de educação permanente, profundamente enraizada no contexto local e capaz de fazer interagir múltiplos tipos de aprendentes. O que está em causa é fazer da escola um lugar onde todos possam aprender e se tornem habituais situações de reversibilidade dos papéis de ensinar e aprender [...].

Assim, espera-se que os alunos sejam capazes de associar conhecimentos e valores essenciais à vida, identificando influências negativas e positivas no contexto social. Portanto, “os sujeitos que hoje vão à escola constituem uma população altamente diversificada, o que gera a necessidade de prestar atenção às diferentes maneiras de interpretar o mundo, o conhecimento e as relações sociais.” (MENEZES, 2006).

3 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional da Escola envolve os aspectos administrativos e pedagógicos. A estrutura administrativa refere-se aos recursos humanos, físicos e financeiros; a arquitetura do prédio, equipamentos, mobiliários. A estrutura pedagógica refere-se às interações políticas, às questões de ensino-aprendizagem.

Para atender a demanda dos alunos, a Escola conta com a seguinte estrutura física: oito salas de aula com boa ventilação, iluminação e acessibilidade; um laboratório de informática; sala de direção; sala das coordenadoras pedagógicas e de professores com banheiro para funcionários; secretaria, cozinha, despensa, refeitório; almoxarifado; banheiros masculino e feminino com três sanitários, uma quadra; um parquinho infantil; área verde, horta escolar. O prédio encontra-se em bom estado de conservação. A construção é de laje pré-fabricada e coberta de alvenaria.

Em relação à autonomia financeira, a Escola recebe anualmente o repasse do Governo Federal, através do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e são realizados

alguns eventos com o objetivo de angariar fundos em prol de melhorias para os escolares. Estes recursos são geridos pelos membros da Caixa Escolar e Colegiado, promovendo assim uma gestão democrática.

Quanto ao patrimônio da Escola, ela se encontra bem equipada, contando com um laboratório de informática, contendo dez computadores de última geração com acesso a Internet e uma impressora. Todas as salas de aula possuem ventiladores. Para maior comodidade dos profissionais e alunos, a Escola possui: três aparelhos de micro system, um aparelho de som, um microfone, um aparelho de televisão de 29 polegadas, um aparelho de DVD, um retroprojetor, duas impressoras matricial, duas copiadoras, uma guilhotina, um bebedouro térmico, dois fogões industriais, dois fornos industriais, uma geladeira, um freezer, uma máquina de lavar de alta pressão. A Escola conta ainda, com sistema de alarme. Há vários jogos pedagógicos, brinquedos, espelho, balança. A biblioteca é bem equipada, possuindo dicionários, gibis, revistas, jornais, histórias em cenas, livros de literatura, coleções pedagógicas, Dvds, CDs.

O trabalho pedagógico tem como eixo norteador os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. A Secretaria Municipal de Educação coordena anualmente a elaboração do planejamento anual, envolvendo representantes de todas as escolas que compõem a rede municipal.

O trabalho pedagógico é planejado, orientado e definido junto aos professores. Neste contexto são elaborados projetos e ações coletivas que serão executados por toda a equipe pedagógica. Cada professor dentro do planejamento anual, dos projetos e ações propostas elabora suas seqüências didáticas.

O serviço de coordenação pedagógica tem função de definir, orientar e planejar, junto às professoras o trabalho pedagógico, sendo flexível e de acordo com as necessidades são replanejados. Elas observam o desenvolvimento dos métodos, das técnicas, das estratégias de ensino, a postura do professor, o rendimento das crianças e o manejo de classe. Há um atendimento individual aos professores para verificar se os objetivos estão sendo alcançados e juntas estabelecem metas visando a melhoria do ensino. É realizado trabalho de orientação aos alunos e pais através de convocações e conversas individuais. O acompanhamento da aprendizagem dos alunos é constante sendo realizado através de atendimento individualizado, atividades de reforço escolar, recuperação paralela e encaminhamento a outros órgãos e/ou profissionais especializados.

As metodologias são adequadas à realidade, permitindo ao professor um trabalho diversificado, dinâmico e inovador, contribuindo para a formação social e pessoal dos alunos. Os professores fazem uso de diferentes recursos pedagógicos (Internet, jornais, revistas, livros diversos, obras de arte, filmes, excursões, jogos, intercâmbio, pesquisas, brincadeiras,) sempre levando em consideração o contexto social dos alunos.

Os momentos de interação, conflitos, emoções, problemas, soluções e ideias muito contribuem para o desenvolvimento das crianças e nos seus avanços no processo ensino aprendizagem.

4 - CURRÍCULO

De acordo com Sacristán (1998, p. 14) o currículo se define como:

expressão do equilíbrio de interesses e forças que gravitam sobre o sistema educativo num dado momento, enquanto que através deles se realizam os fins da educação no ensino escolarizado. (...) O currículo, em seu conteúdo e nas formas através das quais se nos apresenta aos professores e aos alunos, é uma opção historicamente configurada, que se sedimentou dentro de uma determinada trama cultural, política, social e escolar; está carregado, portanto, de valores e pressupostos que é preciso decifrar. (Idem, p. 17)

O currículo representa o conjunto dos conteúdos, procedimentos e avaliação. Ele é desenvolvido na Escola Municipal José Honorato de Castro embasado nas Diretrizes Curriculares Nacionais e os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, orienta-se também pelos cadernos do CEALE (Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita) e os Guias do Alfabetizador.

O currículo visa contribuir na busca de um ensino de qualidade, formando o aluno crítico e participativo capaz de atuar na sociedade em que vive sendo capaz de transformá-la. Segundo o documento da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte:

[...] o processo de ensino/aprendizagem não tem como finalidade a transmissão de conteúdos prontos, mas, sim, a formação de sujeitos capazes de construir, de forma autônoma, seus sistemas de valores e, a partir deles, atuarem criticamente na realidade que os cerca. (1994, p. 33).

Nesta concepção de currículo, os conteúdos são desenvolvidos relacionando teoria à prática de forma contextualizada, com a sociedade atual. O foco é direcionado ao aluno, dando ênfase a problematização, interdisciplinaridade, contextualização e o uso de material concreto.

A equipe pedagógica elabora o plano curricular, o qual prevê uma hierarquização dos conteúdos, priorizando os conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática e na Educação Infantil, priorizam-se os eixos: Identidade e Autonomia, Linguagem Oral e Escrita, Matemática.

De acordo com as orientações contidas no Plano Curricular são trabalhados os temas transversais, a História do Município de Formiga, Prevenção às Drogas, a Educação Turística, Educação Religiosa, os Direitos da Criança, Educação Ambiental, interdisciplinar a outros conteúdos.

Há de se lembrar que o currículo é flexível, de acordo com o desenvolvimento dos alunos ou com as necessidades educacionais ou sociais. Ele pode ser modificado, replanejando os conteúdos e a metodologia a ser desenvolvidos

5 - TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

O tempo escolar é organizado em duas etapas de ensino: Educação Infantil (1º e 2º períodos), e os primeiros anos do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano). O mesmo é dividido em dois ciclos, sendo o primeiro Ciclo Inicial de Alfabetização compreendendo o 1º, 2º e 3º ano e o segundo o Ciclo Complementar de Alfabetização, o qual compreende o 4º e o 5º ano.

O ensino organizado em ciclos privilegia a progressão continuada, possibilitando ao aluno avanços sucessivos de acordo com seu ritmo de aprendizagem.

Segundo BERTAGNA, 2003, p.79:

A progressão continuada permite uma nova forma de organização escolar, conseqüentemente, uma outra concepção de avaliação. Se antes aprovava-se/reprovava-se ao final de cada serie, agora se espera que a escola encontre diferentes formas de ensinar que assegurem a aprendizagem dos alunos e o seu progresso intra e inter-ciclos.

Objetivando uma aprendizagem eficaz, a equipe pedagógica elabora coletivamente projetos e ações educativas que serão desenvolvidas por todos os segmentos da comunidade escolar.

Em cumprimento às determinações legais vigentes e considerando o espaço físico favorável que a Escola dispõe, cada turma tem seu espaço próprio e professor regente.

Os alunos permanecem quatro horas diárias. Durante este período os alunos utilizam diversos espaços internos da Escola como: biblioteca, sala de informática, quadra, parquinho, Recanto da Leitura, horta escolar e refeitório. Para a utilização desses espaços é realizado um cronograma. As aulas de informática acontecem no contra turno. Assim torna-se possível diversificar as ações propostas é enriquecer os conteúdos com práticas diversificadas. Por ter um calendário unificado na rede municipal torna-se difícil a reorganização do tempo escolar, pois a Secretaria Municipal de Educação exige que as escolas tenham calendário e carga horária unificada. Cabe a equipe administrativa e pedagógica agir criativamente para que dentro do tempo permitido implementar ações que viabilizem uma integração entre o que é legal e o que se deseja realizar.

De acordo com FREITAS:

Do ponto de vista político e ideológico, a proposta de ciclos é herdeira de uma postura progressista, que vê a escola como um espaço transformado e que para tal, deve ser igualmente transformado em suas finalidades e em práticas, em seus espaços de gestão e em seus tempos de formação. Para que os estudantes atuem na vida de forma transformadora, é necessário que o espaço da escola favoreça a prática transformadora, a começar por ela mesma. (2004, p.15)

Quinzenalmente professores, coordenadores e direção realizam grupos de estudos. Momento que são trocadas experiências pedagógicas, reformulados, projetos, estabelecidas prioridades, formação continuada dos profissionais, discutidos ações em busca de soluções compartilhadas, etc.

6 - PROCESSOS DE DECISÃO

Segundo FERREIRA (1988) tomada de decisão é o ato ou efeito de tomar, decidir, resolução, determinação, deliberação, desembaraço, disposição, coragem, capacidade de decidir.

Paradigmaticamente KAZMIER (1975) afirma que:

a habilidade em tomar decisões é a chave para o planejamento bem sucedido em todos os níveis de gestão. Isto envolve mais que uma simples seleção de planos de ação que assume pelo menos três fases: diagnóstico; descobertas de alternativas e análises.

A gestão da Escola Municipal José Honorato de Castro é exercida de forma democrática e participativa. Os processos de decisão são compartilhados com toda a equipe e com a Secretaria Municipal de Educação. As decisões cabíveis à escola são tomadas pela gestora, juntamente com a equipe pedagógica, os demais funcionários e os órgãos colegiados: Colegiado Escolar e o Caixa Escola Elton Antonio da Silva. O Colegiado Escolar é composto por dois segmentos: o dos funcionários e dos pais.

NAVARRO (2004, p.39) conceitua as funções do Colegiado como:

- a) Deliberativas: quando decidem sobre o projeto político-pedagógico e outros assuntos da escola, aprovam encaminhamentos de problemas, garantem a elaboração e o funcionamento geral das escolas, propondo à direção as ações a serem desenvolvidas. Elaboram normas internas da escola sobre questões referentes ao seu funcionamento nos aspectos pedagógico, administrativo ou financeiro.
- b) Consultivas: quando tem um caráter de assessoramento, analisando as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola e apresentando sugestões ou soluções, que poderão ou não acatadas pelas direções das unidades escolares.
- c) Fiscais (acompanhamento e avaliação): quando acompanham a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras, avaliando e garantindo o cumprimento das normas das escolas e qualidade social do cotidiano escolar.
- d) Mobilizadoras: quando promovem a participação, de forma integrada, dos segmentos representativos da escola e da comunidade local em diversas atividades, contribuindo, assim, para a efetivação da democracia participativa e para a melhoria da qualidade social da educação.

O Caixa Escolar é composto por funcionários e pais. Sua principal função é gerenciar os recursos recebidos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e os recursos captados pela própria Escola.

O processo de escolha do gestor acontece de dois em dois anos e é realizado em três etapas: prova de conhecimentos específicos, apresentação do Plano de Trabalho para uma banca examinadora e eleição pela comunidade escolar. As duas primeiras etapas são

eliminatórias. A eleição é um importante instrumento no processo da autonomia e democratização da Escola, pois favorece o envolvimento da comunidade escolar nas discussões do dia-a-dia na Escola e sua participação nas tomadas de decisões.

Os serviços escolares passam por avaliações, sempre que necessário, a qual acontece entre a gestora e/ou coordenadoras pedagógicas e o funcionário. Semestralmente é realizada uma avaliação escrita. A comunidade escolar participa da avaliação, preenchendo um formulário avaliativo sobre os setores da Escola e o trabalho pedagógico.

7 - RELAÇÕES DE TRABALHO

As relações de trabalho devem ser baseadas no diálogo, no respeito, na confiança, na solidariedade, na reciprocidade, visando à união da equipe e um clima de harmonia dentro da Escola. Nas relações interpessoais, os conflitos são resolvidos priorizando o diálogo e a autoavaliação.

Quanto aos problemas referentes à disciplina de alunos, o professor tenta solucioná-los dentro da sala de aula, não conseguindo o caso é levado para a gestora, a qual orienta e adverte a criança. Persistindo os fatos, a família é chamada a comparecer à Escola e ciente dos fatos, auxilia a Escola. Não havendo mudança de comportamento por parte da criança, a equipe gestora segue o que prevê o Regimento Escolar: advertência oral, advertência escrita por até três vezes, encaminhamento ao Conselho Tutelar e ao Promotor da Infância e Juventude e por último a transferência.

Com relação às regras disciplinares dos funcionários, é direcionada a partir do diálogo aberto. Em casos mais graves de transgressão de normas o procedimento é: conversa com a direção e funcionário, a qual é registrada em ata. Caso o problema persista, após três advertências registradas, o caso é levado ao conhecimento do Colegiado e este vota pela permanência do funcionário na Escola ou não. A seguir é realizado um comunicado à Secretaria Municipal de Educação que analisa os fatos e dá uma posição para a Escola.

De acordo com o Regimento Interno e as Legislações vigentes há uma definição de atribuições específicas de cada segmento. No entanto, dentro dessas relações não prevalece à supremacia de um segmento sobre o outro. As relações são pautadas em um trabalho

cooperativo, onde um segmento interage com outro em prol de melhorias na qualidade do trabalho realizado.

Com relação à formação acadêmica do corpo docente, 95% têm formação em nível superior e 5% estão cursando Pedagogia. Destes 55,5% são pós-graduados.

Em relação à Formação Continuada, a gestora incentiva à equipe a participar de seminários, simpósios, palestras e encontros pedagógicos promovidos. Quinzenalmente a equipe pedagógica se reúne para o momento de estudo (Módulo II). Estes encontros são previamente organizados pela gestora e coordenação pedagógica. Os temas abordados são de interesse e relevância para a equipe.

Para estabelecer um diálogo aberto e efetivo com a família e comunidade, a instituição promove canais de comunicação através do Colegiado. A entrevista no momento da matrícula consiste um momento especial para apresentar informações sobre o funcionamento da Escola e também para se conhecer os aspectos relevantes da vida da criança e da família.

A família tem o direito de participar de todo o processo ensino-aprendizagem das crianças. Os pais têm acesso à filosofia e concepção do trabalho da instituição, informações relativas ao quadro de pessoal, suas qualificações e experiências, informações relativas à estrutura e funcionamento da Escola Municipal José Honorato de Castro.

8 - AVALIAÇÃO

A avaliação se constitui em um processo de busca de compreensão da realidade escolar, com o fim de subsidiar as tomadas de decisões quanto ao direcionamento das intervenções, visando ao aprimoramento do trabalho escolar. Como tal, a avaliação compreende a descrição, a interpretação e o julgamento das ações desenvolvidas, resultando na definição de prioridades a serem implementadas e rumos a serem seguidos, tendo como referências os princípios e as finalidades estabelecidos no Projeto da Escola, ao mesmo tempo em que subsidia a sua própria redefinição (SOUSA, 1995, p.63)

Avaliar é refletir sobre uma determinada realidade, a partir de dados e informações e emitir um julgamento que possibilite uma tomada de decisão.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 24, inciso V, letra a, prevê:

a) Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.

Para que a avaliação seja contínua e cumulativa, e alcance o objetivo de promover a qualidade do trabalho escolar, ela deve apresentar as seguintes características:

- Ser democrática: os integrantes da ação educativa devem ser capazes de assumir o processo de transformação da educação escolar, sob a ótica dos interesses das camadas majoritárias da população;
- Ser abrangente: todos os integrantes e componentes da organização escolar devem ser avaliados;
- Ser participativa: cooperação de todos, desde o como avaliar até a análise dos resultados e a escolha das ações a seguir;
- Ser contínua: constituindo efetivamente em uma prática dinâmica de investigação, que integra o planejamento escolar em uma dimensão educativa.

Neste sentido, a avaliação não deve ser vista como produto expresso em notas/conceitos, mas como um processo no qual se dá essa aprendizagem, revelado nas condições da escola e na ação do professor, entre outro. É preciso ter uma visão global da escola e nela, situar o desempenho do estudante.

Avaliação também pode ser:

- a) **Formativa:** ajuda-nos a captar os avanços e as dificuldades que forem se manifestando ao longo do processo, ainda em tempo de tomar providências para afastar as dificuldades percebidas.
- b) **Somativa:** está integrada aos objetivos específicos a serem aplicados em aula e captar a rentabilidade cognitiva dos alunos na compreensão e aquisição dos conhecimentos adquiridos pelos alunos.
- c) **Diagnóstica:** trabalha com a visão do todo e das demais acima, ela serve para nós educadores realizarmos os parâmetros do conhecimento dos nossos alunos do início ao fim de todos os processos avaliativos. Ela avalia os conhecimentos dos alunos quanto aos conteúdos que ele captou durante o percurso aprendido.

A avaliação nesta instituição é utilizada como instrumento que orienta a prática educativa. Ela se dá de forma sistemática e contínua, com o objetivo de melhorar a ação educativa.

a) Avaliação do aluno:

- Observação do aluno no cotidiano escolar
- Trabalhos em grupo e individuais
- Provas no decorrer do processo
- Avaliação realizada pela instituição
- Autoavaliação
- Simulados
- Conselhos de Classe e outros

Através da avaliação, o professor reflete sobre as condições de aprendizagem oferecidas e ajusta a sua prática às necessidades colocadas pelas crianças. É permitido à criança acompanhar suas conquistas, suas dificuldades e suas possibilidades ao longo de seu processo de aprendizagem. O professor compartilha com seus alunos as observações que sinalizam seus avanços e suas possibilidades de superação das dificuldades. Nessas situações, o retorno para as crianças se dá de forma contextualizada, o que fortalece a função formativa que é atribuída à educação escolar.

A avaliação na escola e nas salas de aula só terá sentido se ocorrer num processo de análise, reflexão e ação.

Os pais deverão acompanhar o processo de aprendizagem de seus filhos, inteirarem-se de suas dificuldades, avanços e conquistas; através de boletins, Conselhos de Classe, entrevista, análise das atividades desenvolvidas pelos filhos.

A família receberá periodicamente ou quando necessárias comunicações sobre o desempenho dos filhos ou algo importante que acontecer na Escola. Estas comunicações devem ser feitas em duas vias e arquivadas na pasta individual do aluno.

O recurso mais utilizado para o posicionamento de alunos nas turmas é a classificação através de avaliação diagnóstica ou processual. Em caso de transferência, a Escola adotará a reclassificação, se necessário.

b) Avaliação dos profissionais:

Ela deverá permear todo o processo ensino-aprendizagem e todas as ações desenvolvidas na Escola. Para a melhoria do nosso trabalho e o nosso crescimento enquanto pessoa e profissional é preciso nos autoavaliarmos para diagnosticarmos o que é preciso mudar e o que pode melhorar.

A avaliação dos profissionais se dará através de:

- Auto-avaliação;
- Observações e análises;
- Conversa entre os funcionários, supervisão e ou direção;
- Advertência;
- Avaliação de desempenho

c) Avaliação da instituição:

É realizada semestralmente pelos funcionários e pais através de questionários em formulário próprio.

Acontece também no dia-a-dia através de observações, conversas com os pais e funcionários.

Pretendem-se com a avaliação, avaliar a prática e replanejar as ações.

d) Avaliações externas:

- Provinha Brasil
- PROALFA (Programa de Avaliação da Alfabetização)
- PROEB (Programa de Avaliação da Educação Básica)
- Prova Brasil

e) Avaliação do PPP:

Esta deverá ser avaliada ao final de cada semestre com o objetivo de verificar se as metas estão sendo alcançadas e se os responsáveis estão cumprindo seus compromissos e se ações desenvolvidas estão em consonância com a realidade educativa.

A avaliação das ações executadas permite ressaltar os aspectos positivos que devem ser mantidos e redefinir, reorientar e replanejar o percurso, quando as diretrizes traçadas não estão sendo eficientes, exigindo mudanças.

Ao final do ano avaliam-se os resultados alcançados, em função dos objetivos previstos. O dados levantados subsidiam a reelaboração de novas metas.

9 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político-Pedagógico é uma construção coletiva na qual "o texto estará sempre em processo de aprimoramento, por se tratar de um "tecido" que nunca se arremata, porque a vida é dinâmica e exige modificações permanentes." (EDLER, 2004, p.157).

Dessa forma, percebemos que:

[...] o projeto político-pedagógico pode ser considerado como a "carteira de identidade" da escola, evidenciando os valores que cultua, bem como o percurso que pretende seguir em busca de atingir a intencionalidade educativa. Espera-se que prevaleça o propósito de oferecer a todos igualdade de oportunidades educacionais, o que não significa necessariamente, que as oportunidades sejam as mesmas e idênticas para todos. (EDLER, 2004, p. 156-157).

Nesta perspectiva a Escola Municipal José Honorato de Castro tem neste documento a solidificação das ações pedagógicas e administrativas, acreditando para que se tenha uma ação educativa de qualidade. Faz-se necessário uma reflexão permanente das práticas propostas.

Entendemos que o PPP é um instrumento de construção coletiva. Esta construção se dá a partir da necessidade de contar com a participação de todos os segmentos da educação: pais, professores, equipe pedagógica, alunos e gestora. Neste sentido, ele busca explicitar os desejos, objetivos e anseios que a instituição almeja alcançar.

O PPP é considerado como uma diretriz no processo educativo, devendo ser fruto da avaliação e do entendimento das ações já ocorridas, dos diagnósticos e análises das situações pedagógicas que acontecem atualmente, gerando perspectivas de transformações futuras.

No nosso entendimento, o projeto deve ser constantemente avaliado e reestruturado por toda a comunidade escolar. Este processo avaliativo deverá contar com a participação efetiva do Conselho Escolar. Nesta perspectiva o sucesso das propostas depende do envolvimento e participação ativa de todos.

10 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de –**O Projeto Político Pedagógico no Contexto Escolar da Gestão Escolar**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. acesso em 18-05-2010

BERTAGNA, R. H. (2003) **Progressão continuada: limites e possibilidades**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da UNICAMP.

BRASIL, Ministério de Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira**: Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília. 30p.

CANÁRIO, Rui. O Prazer de Aprender. In: **Pátio revista Pedagógica**, ano X, nº 39, Editora Artmed.

EDLER, Carvalho Rosita. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. 197 p.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Ciclo ou Séries? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espacos da escola?** . Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 16-7-2010.

KAZMIER, Leonard. J. **Princípios de Gerencia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.

MENEZES, Luis Carlos de. Para que serve a escola? In: **Pátio Revista Pedagógica**, ano X, nº 39, Editora Artmed, 2006.

NAVARRO, Ignez Pinto. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Vol.1.38-9. 2004

SACRISTÁN, J.G. **O currículo: Uma reflexão sobre a prática**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (1994) **Escola Plural: proposta político-pedagógica**. Cadernos Educação Básica (MEC) Nº 5. Brasília.

SOUSA, S.Z. Avaliação Escolar: constatações e perspectivas. **Revista de Educação AEC**, Brasília-DF, ano 24, nº 94, p.59-66, jan/mar. 1995.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2002.

VEIGA, Ilma Passos A. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva**. Campinas, SP: Papirus, 1995.